

Provas contra deputado

A CPI do Orçamento já conseguiu provas de que a solicitação para a liberação das subvenções sociais para entidades de fachada, como as associações culturais da Pampulha e Porto Velho, partiu do deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG). Em ofício datado de 8 de julho de 1992, ele pediu ao então ministro da Ação Social, Ricardo Fiúza, dinheiro para quatro associações "prestadoras de serviço de utilidade pública, de grande relevância social".

Para a Associação Cultural Pampulha, José Geraldo pediu Cr\$ 300 milhões (US\$ 78 mil na data da liberação); para uma associação de bairros em Estrela do Indaiá, US\$ 5 mil 200; para a Fundação Ana de Melo Azevedo, no município de Cássia, US\$ 26 mil; e para a Associação Cultural Porto Velho, em Ponte Nova, US\$ 91 mil.

Esses recursos foram liberados integralmente com autorização expressa de Fiúza, que escreveu de próprio punho a seguinte observação: "Maurício (Barreira Vasconcelos, então secretário-executivo do ministério), para atender, observados todos os requisitos legais". Em seguida, após sua assinatura. O

curioso é que Fiúza sublinhou a palavra "todos", como se tivesse dúvidas a respeito de algum aspecto.

No entanto, isso não impediu que os recursos pedidos por José Geraldo fossem liberados integralmente, contrariando rotina adotada por Fiúza. Geralmente, na hora de atender esse tipo de pleito o ministro costumava cortar significativamente o valor das verbas solicitadas. Por exemplo, ao despachar o pedido de Maria de Fátima Mayhé Raunheitti, parente do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ), que havia solicitado a liberação de Cr\$ 2 bilhões, Fiúza anotou: "Para atender, observados todos os requisitos, corrigida a proposta. 810.000.000".

Já no despacho de um ofício do próprio Raunheitti, pedindo Cr\$ 5 bilhões para o Hospital Escola São José, da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (Sesni), Fiúza limitou-se a escrever a quantia a ser liberada: Cr\$ 2 milhões 200 mil. Na hora da liberação, no entanto, ainda houve outro desconto. A entidade do deputado Fábio Raunheitti recebeu efetivamente Cr\$ 2 bilhões, o equivalente a US\$ 635 mil 122.